

Justiça aceita denúncia contra Nestor Cerveró, Fernando Baiano e mais dois

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelas investigações da Lava Jato na primeira instância, aceitou nesta quarta-feira (17) a última denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal (MPF) na sétima fase da operação. Passam a ser réus no processo: Nestor Cerveró, ex-diretor da área Internacional da Petrobras; Fernando Soares, lobista conhecido como Fernando Baiano, apontado como um dos operadores do esquema de corrupção na estatal; e Júlio Camargo, executivo da Toyo Setal. Além deles, a Justiça também aceitou a denúncia contra o doleiro Alberto Youssef, que já virou réu em outras ações. Eles são acusados de participação em crimes como corrupção contra o sistema financeiro nacional e lavagem de capital entre 2006 e 2012, conforme a denúncia. De acordo com o MPF, Fernando Baiano e Nestor Cerveró são suspeitos de receber US\$ 40 milhões de propina nos anos de 2006 e 2007 para intermediar a contratação de navios-sonda para a perfuração de águas profundas na África e no México. Fernando Baiano era representante de Nestor Cerveró no esquema, ainda segundo a denúncia. Ao despachar pela aceitação da denúncia, Moro marcou para fevereiro de 2015 a primeira audiência. Na avaliação do juiz, o MPF reuniu um número significativo de documentos que amparam as afirmações nas denúncias, especialmente o envolvimento direto de Nestor Cerveró nas contratações dos navios-sonda e as dezenas de transações financeiras relatadas pelo criminoso colaborador e que representariam atos de pagamento de propinas e de lavagem de dinheiro. Entre os documentos, há extratos que demonstram as transações que teriam sido efetuadas para contas beneficiárias indicadas por Fernando Soares. “Foram também juntados documentos relativos aos pagamentos efetuados pelas empresas de Júlio Camargo no Brasil”, afirma Moro.

Nestor Cerveró e Fernando Baiano respondem por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Além destes crimes, Júlio Camargo responderá por evasão fraudulenta de divisas e fraudes em contratos de câmbio. Nesta ação, Youssef responde apenas por lavagem de dinheiro.

